

Escritas místicas, narrativas ficcionais: o caso de Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz

Doutoranda Gisele Thiel Della CRUZ¹ (UFPR)

Resumo:

Tendo como ponto de partida a trajetória de vida da personagem ficcional/histórica Rosa Maria, busca-se evidenciar similitudes e/ou cruzamentos nos discursos romanesco e historiográfico. Em 1763, a negra, ex-escrava, foi acusada de heresia e falsa santidade. Sua história de vida foi pesquisada por L. Mott em “Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil” (1993). Julgada pelo Tribunal da Inquisição, restaram poucas páginas de sua obra, Sagrada Teologia do Amor Divino das Almas Peregrinas, bem como algumas cartas que revelam traços de sua atuação como beata e fundadora de uma congregação religiosa feminina negra. Em 1997, Heloisa Maranhão lança o romance histórico Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz, revisitando/ficcionalizando a personagem histórica. Em uma narrativa descompassada, marcada pela intervenção da personagem Rosa Maria, e pela intercessão narrador-personagem/narrador-autor, os primeiros (des)encontros entre o mundo ficcional e o mundo “empírico” são construídos.

Palavras-chave: Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz, literatura e mulher, literatura e história, voz feminina.

1 Introdução

Concebido sob novas perspectivas e especificidades, o “novo romance histórico” superou as marcas e referências deixadas pelo modelo, cujo formato e características foram desmistificados e propostos na década de 1930, por Georg Luckács (1972). Segundo este crítico, o romance histórico, referindo-se aos romances históricos do século XIX, assim como *Ivanhoé*, de Walter Scott, procurava prestigiar a objetividade do relato; utiliza-se do narrador em terceira pessoa e de sua aparente neutralidade. Luckács observa que, nesse tipo de romance, as personagens históricas, quando não são apenas citadas, aparecem como “figurantes” enquanto os papéis centrais são desempenhados por personagens fictícias. De acordo com Lukács, esses romances procuravam ilustrar os efeitos da história sobre os indivíduos.

Os estudos e a produção do romance histórico, ao longo século XX, vêm acompanhados de diferentes concepções e vertentes. Têm os que denominam esse “novo romance histórico” de “metaficção historiográfica” e têm outros que, na contramão das possibilidades de produção desse tipo de literatura para a modernidade, chegam mesmo a negar a existência de um romance histórico moderno, como é o caso de Jameson.

Jameson propõe critérios restritivos ao qualificar o romance histórico, uma vez que ele o faz sugerindo que uma representação histórica deve conter eventos paradigmáticos como uma guerra ou revolução que devem estar no centro da obra. Fora dessa possibilidade, a construção do romance histórico passa a ser impossível. Discordando dessas categorias de análise, Anderson não só apresenta a possibilidade de um moderno romance histórico (em oposição ao que é postulado por Jameson) como referencia três romances que teriam reinaugurado esse gênero após a II Guerra Mundial – *Memórias de Adriano*, de Marguerite Yourcenar, *O Leopardo*, de Lampedusa e *A Trilogia do Cairo*, de Naguib Mahfouz.

Para arrebatá-lo com certeza de que é possível produzir um romance histórico moderno e de que ele realmente está em voga, Perry Anderson propõe a inversão do que foi postulado por Lukács para uma teoria do romance histórico:

Hoje, o romance histórico se difundiu como nunca nos âmbitos superiores da ficção, mais mesmo que no auge de seu período clássico nos inícios do século XIX. Essa ressurreição foi também, é claro, uma mutação. As novas formas anunciam a chegada do pós-modernismo. (...) À vista da definição famosa do pós-modernismo — cunhada pelo próprio Jameson —, como o regime estético de “uma época que tinha se esquecido de como pensar historicamente”, a ressurreição do romance histórico poderia, em um primeiro momento, parecer paradoxal. Mas é claro que esse segundo advento traz a sua diferença. Agora, virtualmente todas as regras do cânone clássico, tais como explicitadas por Lukács, são desprezadas e invertidas. Entre outros traços, o romance histórico reinventado para pós-modernos pode misturar livremente os tempos, combinando ou entrecendo passado e presente; exibir o autor dentro da própria narrativa; adotar figuras históricas ilustres como personagens centrais, e não apenas secundárias; propor situações contrafactuais; disseminar anacronismos; multiplicar finais alternativos; traficar com apocalipses. (...). (ANDERSON, 2007, p.11-12).

As transformações ocorridas no romance histórico ao longo do século XX são inúmeras e dialogam com a nova produção do romance histórico no Brasil, dinamizada desde a década de 1970¹.

Nas últimas décadas, a matéria “passado”, objeto de estudo mais especificamente dos historiadores, tem ganho relativa importância na produção romanesca brasileira. Seja porque os limites entre a ficção e a história, ou a literatura e a história, tenham se estreitado, ou porque os historiadores e críticos literários têm tornado a fronteira entre as suas “formas narrativas” um tema em constante debate.

Sem dúvida, a historiografia contemporânea, em seu revisionismo de fontes e métodos, aproximou-se muito mais de outras disciplinas, dentre elas da crítica literária e da literatura. Nesses últimos anos, Hayden White e Dominick LaCapra, em veementes críticas à ortodoxia da História, apontam para o engessamento das idéias de alguns historiadores e reiteram a concepção de que qualquer narrativa é parcial, construída e imaginária. Kramer, ao referir-se aos estudos de White e LaCapra, diz que a “dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos dos acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido, mas, sim, que qualquer tentativa de descrever os acontecimentos (mesmo enquanto estão ocorrendo) deve levar em conta diferentes formas de imaginação”. (1995, p. 136-137).

Mesmo não tendo total adesão por parte dos historiadores, muitos debates sobre o tema – ficção e história – suscitam artigos e discussões de fôlego. Outro tanto de tempo e papel é gasto na produção de romances intitulados ou classificados como romances históricos.

2 Palavra e discurso, a voz de Rosa Maria

Em uma ocasião, ao acabar de comungar, sentiu no interior uma voz que lhe disse que havia de aprender a ler e escrever, que o Espírito Santo lhe traria uma pena florida que havia de fazer um livro (...). (Trecho citado pelos Inquisidores de Lisboa, referente ao Julgamento de Rosa Maria. In: L. MOTT, 1993).

Sente-se aí, escritora. Diante da mesa. Máquina de escrever,

¹ Mais referências sobre a trajetória da ficção histórica no Brasil podem ser encontradas nos artigos de WEINHARDT, 1998, 2006 e 2008, propostos na bibliografia.

pronta. Comece o seu novo romance, imediatamente.
(MARANHÃO, 1997, p. 9).

O romance *Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz* (1997), de Heloisa Maranhão, inscreve-se na classificação de romance histórico proposta por Perry Anderson. Ele apresenta, conforme poderá ser constatado, o entrelace do tempo passado com o presente, a mistura de tempos históricos e situações contrafactuais, entre outros. O enredo de *Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz* não é apenas cortado pelo tempo histórico como, também, os fatos históricos, mesmo que anacrônicos, servem de pano de fundo e/ou motivação primeira para a vida da personagem-narradora, Rosa Maria Egipcíaca, e daqueles que a circundam.

O início do romance é narrado por um locutor que se assemelha à Heloisa Maranhão, ou seja, um narrador em primeira pessoa que dá voz à “autora” do romance, um *alterego* de Heloisa. Chamada à cena para escrever a obra, a personagem-escritora depara-se com Rosa Maria, com padre Xota e outros. Rosa Maria, em espírito, dialoga com a “autora” e sugere a composição do romance, “ditando” os acontecimentos. Em um segundo momento, ainda no início da narrativa romanesca, o narrador passa a ser Rosa Maria, protagonista do romance, levando o leitor a descobrir, através de suas lembranças, a vida que teve desde a infância e que, já no terceiro capítulo, cruza-se com a história do Brasil.

Esse embate inicial entre as duas personagens – a escritora e Rosa Maria – institui um primeiro choque do real e do ficcional e, da mesma forma, introduz um deslocamento da lógica do diálogo. Nesse sentido, os diálogos assumem uma estrutura desconexa que, inicialmente, beiram o incompreensível. A voz do narrador comenta:

Caminhando na estrada da ficção, eu tenho condições de concluir a paz com meu inconsciente. Mas, se isso não for possível, pelo menos assino uma bela trégua com ele. Congelo meus fantasmas. Isso vale, talvez, a própria Beatitude.

(...) Sento-me na minha boa cadeira, tão velhinha, tão antiga, mas ainda em forma e que pertenceu ao Engenho de Cunhaú, no Rio Grande do Norte, e escrevo: (MARANHÃO, 1997. p. 19-20).

Já no capítulo seguinte e nos demais, a voz narrativa é assumida pela personagem Rosa Maria, como se pode observar no trecho que segue:

Súbito, o bem-te-vi voa assustado. Os outros passarinhos se calam. A floresta emudece. Não é que ouvi distintamente um gemido? Seguro, cuidadosamente, o meu balaio de frutas que vou levar para Sinhá. (ibidem, p. 25).

É interessante pensar nessa voz narrativa em primeira pessoa e estabelecer uma relação direta com a voz assumida pela Rosa Maria, personagem histórico, ao ditar suas primeiras cartas à amiga Maria Teresa do Sacramento (MOTT, 1993, p. 250) ou mesmo comentar aos inquisidores do Tribunal do Santo Ofício, em Portugal, sua vida no Brasil. A escrava negra mescla, nesse sentido, suas impressões às impressões daqueles que são efetivamente letrados. Ainda, na medida em que a escrita do romance vai se compondo, as conexões com o modelo de vida assumido pela personagem histórica, bem como seu vocabulário religioso, vão emergindo nas páginas da obra.

Da mesma forma pode-se pensar na organização da narrativa relacionada ao próprio processo criativo de construção da obra literária. O enfrentamento de dois planos aparece dessa forma sugerido: seja ele o “real/histórico” *versus* o ficcional ou da autoria do romance – personagem-escritor *versus* personagem Rosa Maria.

Ao reivindicar um discurso em primeira pessoa, a mulher escrava assume um lugar que vai além de sua condição de subalternidade social. Nesse sentido, tanto a Rosa Maria ficcional é posta no centro da narrativa (seja como personagem-protagonista, seja como narrador-personagem) –

esvaziando o caráter antropocêntrico da produção literária -, bem como a escrava histórica, através do uso da palavra escrita, rompe com o modelo patriarcal brasileiro dos séculos XVIII e XIX (submissão e analfabetismo feminino).

Em um fluxo contínuo a narração do passado ganha força a partir do capítulo três, tendo como narrador a própria Rosa Maria. Esse deslocamento ao passado só é interrompido ao final do romance, quando, novamente, a personagem-escritora assume a narrativa.

1.1 Entrelaces com a história

O que se pode observar é que os dados recolhidos da história brasileira aparecem inúmeras vezes no decorrer do enredo, perfazendo um tempo de ação que dura, no romance, alguns anos e cerca de 150 anos na história colonial do Brasil – da invasão holandesa a Pernambuco, em 1630, à Inconfidência Mineira, em 1789.

Tomando como referência a data de nascimento de Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz, personagem histórica, 1725, observa-se que a autora Heloisa Maranhão não optou, ao produzir o romance, por seguir uma frequência linear dos fatos históricos contemporâneos à personagem histórica. Tampouco, a autora entrecruzou a existência vivida pelo personagem ficcional e suas relações com personagens secundários àqueles correspondentes aos da história “oficial”. A obra romanesca, produzida em 1997, aparentemente estabelece alguns diálogos com a vida da personagem histórica Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz, biografada pelo antropólogo e historiador Luis Mott, em 1991 e editada em 1993.

Em um trabalho de fôlego de 750 páginas, Luis Mott retrata a vida de Rosa Maria, tendo como referência inúmeros documentos recolhidos na Torre do Tombo (Portugal) em virtude do processo inquisitório sofrido pela ré Rosa Maria. Segundo o historiador, Rosa chegou ao Brasil com 6 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 1725. Aos 14 anos foi deflorada pelo primeiro dono e, logo após, sem motivo identificado, vendida para novo proprietário em Minas Gerais. Por caminhos do destino, foi escrava da mãe de Santa Rita Durão, em um pequeno vilarejo mineiro. Ali exerceu, inicialmente, o ofício de prostituta, como muitas outras negras de ganho (escravas a serviço dos donos que deveriam praticar atividades lucrativas nas vilas e cidades e dividir com eles seus lucros).

Nesse lugarejo, em uma pequena capela, Nossa Senhora de Nazaré, começaram as primeiras visões, convulsões e ataques “nervosos”. Em contato com um exorcista e confessor, Pe. Xota (designação recebida a partir da alcunha de Enxota Demônios), ganha a reputação de portadora de poderes paranormais. Passa a ser reverenciada e temida pela “ralé” e pela elite da região. Nas palavras do biógrafo,

Rosa, desde que começou a receber os Espíritos, tornou-se useira em anunciar publicamente que certas pessoas não estavam preparadas para a comunhão, provocando embaraçosas situações durante a distribuição da Santa Eucaristia. Outras vezes, nas capelas da comarca do Rio das Mortes, ‘doutrinava dizendo que sabia o estado das almas que saíam deste mundo, as que se salvavam ou se condenavam’. Vidente, a negra courana torna-se conhecedora também dos mistérios do Além, privilégio que Nosso Senhor conferiu a poucos santos de sua corte celeste. (ibidem, p. 89).

Depois de compra e alforriada pelo Pe. Xota, Rosa Maria volta, acompanhada por ele, ao Rio de Janeiro. Nessa cidade, em plena transformação² e nas vésperas de ser elevada à capital da

² Nesse momento, a economia colonial, devido à descoberta do ouro nas Minas Gerais, havia mudado seu eixo, tornando-se o Sudeste a principal região econômica da Colônia. Até então a capital colonial era Salvador (1549-1763) e arregimentava, em seu entorno, centenas de engenhos de açúcar e ampla atividade comercial e cultural. A necessidade Metropolitana de controlar o fisco levou a Coroa a trocar a sede da Colônia. Gradativamente, o Rio de Janeiro vê despontar uma “classe média” oriunda dos serviços públicos e um aumento significativo de sua população e área urbana.

colônia (1763), Rosa Maria fundou uma congregação religiosa feminina composta de congregadas negras e mestiças – o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. De acordo com Mott, a escrava alforriada é a primeira escritora negra do Brasil, chegando a reunir centenas de páginas escritas em um livro denominado *Sagrada Teologia do Amor de Deus, Luz Brilhante das Almas Peregrinas*, do qual restam poucas folhas para estudo.

A negra courá tem ambições: não basta pregar, como Cristo fazia. Ela se dá conta que se aprender a ler terá a chave dos mistérios divinos, poderá mergulhar na própria fonte da revelação católica e por conta própria aprender orações, ladainhas e dogmas que até então só tinha acesso *ex auditu*, através do ouvido, quer nos sermões dominicais, quer nos conselhos particulares que lhe davam os sacerdotes. Rosa cumprirá a determinação da ‘Divina Pombinha’: aprenderá a ler e a escrever. (ibidem, p.80).

De acordo com as pesquisas realizadas por Mott, Rosa Maria não dominava totalmente a técnica da escrita. No entanto, reconhecia a letra de imprensa (escrita redonda) o que, de acordo com o pesquisador, tendo como referência suas fontes, contribuiu para uma forte dedicação à escrita. “A carta de 1752 é redigida há pouco mais de um ano em que a negra mina começara a aprender a escrever”. (ibidem, p. 248). No entanto, são apenas algumas páginas manuscritas e uma carta o conteúdo sobrevivente de sua produção.

O ano de 1762 seria crucial na vida de Rosa Maria e de Pe. Xota. Presos no Rio de Janeiro e interrogados, são encaminhados para Lisboa, um ano depois, para inquirição no Tribunal do Santo Ofício, na capital do Reino. Segundo o historiador, o fim da vida de Rosa Maria permanece um mistério, devido principalmente à falta de documentação. Pe. Xota recebe sentença final em 1766.

Tendo como referência a personagem histórica Rosa Maria, a partir dos estudos de Luis Mott, pode-se observar que sua trajetória no Brasil data entre os anos de 1725 e 1762 e circunscrevem-se nos atuais estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

1.2 Personagens, lugares e encontros – por dentro da ficção

Ao (re)construir a personagem histórica Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz, por meio da ficção, Heloisa Maranhão opta por quebrar a linearidade dos fatos históricos e agrupa, no mesmo período da vida da escrava negra, momentos que não são contemporâneos: a invasão holandesa e a inconfidência mineira.

Na obra romanesca, a autora resgata o Engenho de Cunhaú, situado no Rio Grande do Norte, importante referência na produção do açúcar e pertencente à família de Jerônimo de Albuquerque. Segundo a história o episódio mais marcante do engenho aconteceu na capela de Nossa Senhora das Candeias do Cunhaú. Na manhã de 16 de julho de 1645, durante a conquista dos Holandeses, os índios tapuias, janduis e potiguares, liderados pelo alemão Jacob Rabbi, invadiram a capela com boa parte da população da região dentro do local e promoveram uma chacina. Nesse momento, estava sendo celebrada uma missa pelo Pe. André de Soveral. Dezenas de pessoas morreram, inclusive o sacerdote. Esse fato deu início à Insurreição Pernambucana contra a presença holandesa, somente posta encerrada em janeiro de 1654.

Além de comentar o episódio do massacre, como se vê no fragmento abaixo:

na hora da elevação da hóstia, Jacob Rabi entrou na capela com seus holandeses e a indiada que lhe era fiel. Mataram todos os devotos ajoelhados e contritos. Na casa-grande foi o mesmo. Sucumbiram todos, sofreram morte, desarmados como estavam. Cunhaú já é terra ensopada de guerra. Vai guardar lembrança dessa gente de Holanda. Todos mortos. (MARANHÃO, 1997, p. 14),

Segundo dados históricos, a genealogia familiar de Heloisa Maranhão remonta a Dom Jerônimo de

Albuquerque, dono do Engenho de Cunhaú e de grande parcela de terras do atual estado do Rio Grande do Norte. Depois de expulsar os franceses do Maranhão, acrescentou ao seu sobrenome o nome Maranhão, conforme evidencia a informação no próprio romance, “o capitão-mór Dom Jerônimo de Albuquerque, depois de expulsar os franceses do Maranhão, acrescentou, por ordem do rei de Portugal, o sobrenome Maranhão e ganhou em terras uma vastíssima extensão, praticamente toda a Capitania do Rio Grande do Norte.” (ibidem, p. 50).

D. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque – parente direto de D. Jerônimo, amante e proprietário de Rosa Maria, morre em batalha contra os holandeses. Em testamento, o amante apaixonado deixa a alforria à escrava negra e bens para seu usufruto na Capitania de Minas Gerais.

Acompanhada de alguns escravos e amigos, além do Padre Xota, então clérigo e exorcista no interior do nordeste, Rosa Maria destina-se à Capitania de Minas. É importante salientar que, ao longo da narrativa, ainda no Engenho de Pernambuco, Rosa vivia na Casa-grande junto ao seu senhor, vivendo e dormindo em sua cama. Cita a narradora-personagem que, além do senhor, tinha outros dois amantes, denominados amigos número 1 e amigo número 2. Homens esses, amigos de seu proprietário e, que, em noites de amor, dividiam a escrava entre si. Conta a narradora que o Amigo número 2 era sensível e poeta, chegando mesmo a declamar versos durante seus encontros “em grupo”. Os versos referenciados são um fragmento do poema camoniano cujo início é *alma minha gentil que te partiste*. Remonta, portanto, a um personagem histórico-literário que não era nem contemporâneo aos fatos históricos descritos e, tampouco, viveu no Brasil. Nesse caso, como em outros tantos, a autora faz remissão à outra obra literária, caracterizando a presença da intertextualidade. Nesse sentido, o texto narrado dialoga ou resgata um texto anterior. De acordo com Linda Hutcheon, “uma obra literária já não pode ser considerada original; se o fosse, não poderia ter sentido para o leitor. É apenas como parte de discursos anteriores que qualquer texto obtém sentido e importância.” (HUTCHEON, 1991, p. 166).

Recebida a herança, Rosa Maria parte para a Vila Rica, cidade do ouro das minas. Lá se encontra com seu tio, escravo vindo do Benin. Se, na história da personagem “empírica”, Rosa não sabe quem são seus pais e tem poucas lembranças de sua terra natal, na obra romanesca a personagem-narradora faz constantes referências às suas origens e à sua genealogia. Segundo Mott, Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz, nas declarações que faz ao Santo Ofício, recorrentemente menciona sua família espiritual – amigos e seguidores (as). Sabe-se, no entanto, pelos dados de desembarque no Rio de Janeiro, que a personagem histórica Rosa Maria era negra de Mina, próxima à região de Benin.

Santa Rita Durão, poeta barroco do século XVIII, filho da proprietária de Rosa Maria, aparece no romance como dono do escravo Kush (ibidem, p. 133). Ao descrever seu dono amável e poeta, o escravo cita poemas por ele escritos. No entanto, os versos citados pertencem ao também mineiro e poeta Basílio da Gama. Novamente, a autora utiliza-se do recurso intertextual, também relativo à literatura.

Durante todo o percurso narrativo, quase que de maneira repetitiva e em um “esquema” que beira o formal, a estrutura é convencionalmente proposta da seguinte maneira: um fato histórico como pano de fundo, alguns personagens históricos que compõem a cena ao serem citados ou ao participarem dela e, no restante da escrita, a descrição das vidas e das desventuras dos companheiros escravos.

Quanto às personagens integrantes do romance, tomando como referência Walter Mignolo, é possível identificar, na elaboração do enredo, o uso das molduras da história e da ficção e a composição com entidades existentes e não existentes. Esses conceitos, de acordo com o autor, foram abordados por Woods e propõem a identificação de personagens que são da História - reconhecidos pelo leitor, e aqueles que são criados/inventados. Citando Woods, comenta que, às vezes, pode haver dificuldade em reconhecer essas entidades dependendo do lugar do leitor, ou seja,

do reconhecimento da história/cultura de um lugar. Ainda, referenciou Parson que propõe os conceitos de entidades nativas (aquelas que não são conhecidas antes do romance) e entidades migrantes (conhecidas do real no mundo ficcional).

A partir da análise esses conceitos, pode-se observar que no romance histórico produzido por Heloisa Maranhão há uma perfeita coerência em utilizar tanto personagens reais como ficcionalizados – migrantes e nativas.³

Pode-se observar que no romance histórico produzido por Heloisa Maranhão há uma perfeita coerência em utilizar tanto personagens reais como ficcionalizados – migrantes e nativas.¹ Aparecem, ao longo da narrativa ficcional, nos fatos/relatos transcorridos no engenho de Pernambuco, os personagens migrantes Jacob Rabbi, Matias de Albuquerque (Governador da Capitania de Pernambuco, durante a primeira invasão holandesa a Salvador – 1624-25 e também na invasão a Pernambuco, em 1630), André Maranhão (filho de sinhozinho D. Diogo Velho Cavalcanti Albuquerque, na história “oficial” é, provavelmente, D. André de Albuquerque Maranhão – senhor de Cunhaú, grande proprietário rural e chefe da Revolução de 1817), D. Jerônimo de Albuquerque (fidalgo do Rei D. Diniz e o patriarca da linhagem), o índio Antônio Felipe Camarão (índio Poti, na invasão holandesa auxiliou na resistência organizada por Matias de Albuquerque), além dos combatentes e fidalgos Francisco Rebelo, Henrique Dias, André Vidal Negreiros e Martim Soares Moreno.

Em Minas Gerais, a narradora-personagem recria, através do seu olhar, a bela Vila Rica de meados do século XVIII. No entanto, nela moram personagens históricas (migrantes) que ali viveram mais no final do século, tais como: Tiradentes, Alvarenga Peixoto e Aleijadinho. Em diferentes momentos, Rosa Maria terá um encontro/diálogo com esses personagens. Aparece também, como já mencionado, o nome de Santa Rita Durão.

Pe. Xota e Rosa Maria também são personagens migrantes. Mesmo não sendo referenciados ou estudados nos “manuais” de história, foram personagens relativamente importantes para a sua época. Dona de uma capacidade ímpar de incomodar, Rosa Maria mexeu com as elites de Minas e do Rio de Janeiro. Desconcertou clérigos e autoridades políticas. Seu maior legado foi a fundação de uma congregação religiosa feminina que tinha, em suas congregadas, um grande número de mulheres negras e mestiças. A pesquisa realizada por Luiz Mott resgata a figura histórica de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz e a coloca no *rol* das personagens migrantes.

Ao longo do romance são citados diversos negros cativos, escravos. Todos eles personagens nativas. Uma vez que a história “oficial” tem dificuldade de reconstruir as histórias dessas pessoas devido à raridade das fontes. Até por isso, Rosa Maria é um exceção. Podem ser referenciados, ainda, Dom Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e a sinhá.

Finalmente, em diferentes momentos, a narrativa construída por Heloisa Maranhão mistura livremente os tempos históricos, conjugando em um mesmo tempo literário o passado e o presente. Como são os casos das citações feitas por Pe. Xota à Heloisa, ainda nos capítulos iniciais do romance, referindo-se e ironizando os atuais problemas brasileiros relacionados à inflação (MARANHÃO, 1997, p. 12), além de mencionar a AIDS e a mídia (ibidem, 1997, p. 16) e o a industrialização e o imperialismo (ibidem, 1997, p.69).

Conclusão

Se categoricamente os romances históricos fossem aqueles em que o enredo estivesse centralizado em torno de um “evento paradigmático” ou apenas em um único evento, *Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz* estaria fora dessa classificação. No entanto, é visível que, mesmo com

³ Sobre o uso dos conceitos citados ver: MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio. *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

anacronismos históricos, o romance está alicerçado em dados da história e sua ausência esvaziaria de sentido a obra romanesca. Ainda, conforme mencionado anteriormente, o personagem principal e, em alguns casos, os secundários, são personagens migrantes. Essas sentenças reafirmam a tese de P. Anderson sobre as características do romance histórico moderno em três pontos-chave: primeiro, há a recorrência da descontinuidade da trajetória histórica; segundo, existem variantes para os “papéis” desempenhados, no romance, pelos personagens históricos (protagonista ou secundário) e, terceiro, há freqüente intertextualidade.

Outro fator de análise interessante diz respeito ao recurso narrativo. Construído de forma bastante diversificada, traz à tona, por vezes, a voz do “autor” e, em outros momentos, a rememoração na voz da protagonista. Nesse sentido, preenche, novamente, os pressupostos de P. Anderson quando sugere que a voz autoral participa da composição narrativa.

Por outro lado, mesmo não sendo um romance histórico clássico, nos moldes propostos por Lukács, *Rosa Maria Egípcíaca de Vera Cruz*, apresenta algumas variáveis que tipificam esse modelo tais como: personagens históricos como pano de fundo da ação que é centrada em eventos/acontecimentos vivenciados por personagens populares.

Vale a pena pensar que, tal como um *Frankenstein*, o novo romance histórico compõem-se de diferentes peças que causam estranhamento e remetem a uma simbiose do antigo modelo com o novo.

Referências Bibliográficas

- [1] ANDERSON, P. Trajetos de uma forma literária. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.
- [2] HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- [3] JAMESON, F. O romance histórico ainda é possível? In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 77, p. 185-203, mar. 2007.
- [4] KRAMER, L. S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 131-173.
- [5] LUCKÁCS, G. *Le roman historique*. Paris : Payot, 1972.
- [6] MARANHÃO, H. *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz: a incrível trajetória de uma princesa negra entre a prostituição e a santidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- [7] MIGNOLO, W. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. W. de. (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- [8] MOTT, L. *Rosa Egípcíaca. Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- [9] _____. *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil colonial*. In: Cadernos IHU Idéias, Ano 3, n. 38. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.
- [10] WEINHARDT, M. Quando a história literária vira ficção. In: ANTELO, R. et al. (Org.) *Declínio da arte. Ascensão da cultura*. Florianópolis: ABRALIC; Letras Contemporâneas, 1998.
- [11] _____. O romance histórico na ficção brasileira recente. In: CORRÊA, R. H. M. A. (Org.) *Nem fruta nem flor*. Londrina: Humanidades, 2006. p. 131-172.
- [12] _____. A longa duração na ficção histórica contemporânea. In: Abralic, 2008. Disponível em:

<http://www.abralic.org.br/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/074/MARILENE_WEINHARDT.pdf>. Acessado em 20 junho 2011.

i Gisele Thiel Della CRUZ, Doutoranda.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: giselethiel2@gmail.com